

Economia Crescer através do setor privado

2-3 OUT. 1985
por Cláudia Safatle
de Brasília

O motor do crescimento econômico em 1986 serão os investimentos do setor privado, assim como o impulso da economia foi dado neste ano pelo aumento real de salários. Para assegurar este objetivo, o governo trata de escolher qual a dosagem certa para eliminar o déficit do setor público.

"Nós queremos dois anos para eliminar o déficit. Os Estados Unidos estão propondo eliminar seu déficit orçamentário até 1991. Nós não precisamos de tanto", afirmou, ontem, o ministro da Fazenda, Dilson Funaro. Mesmo que o déficit operacional — que, pelo conceito do Fundo Monetário Internacional, é o saldo dos financiamentos do setor público, exclusive correções monetária e cambial — não seja zerado, segundo Funaro, o crescimento do produto será sustentado até sem dinheiro novo dos bancos credores do País no próximo ano.

O governo não pretende transigir nessa determinação, "forçando o Fundo Monetário Internacional a ser realista", como disse Funaro. E, se for preciso esperar para fazer uma boa renegociação da dívida externa com um bom programa de ajuste interno, ele está disposto a esperar, pelo menos enquanto as reservas cambiais do País sustentarem uns cinco meses de importação. (Hoje as reservas cambiais superam um pouco US\$ 8 bilhões, e até US\$ 5 bilhões seria razoável esperar, ponderam fontes oficiais.)

POLÍTICA ECONÔMICA

Econ. Brasil Crescer através do setor...

por Cláudia Safatle
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

O ministro alertou ainda para o fato de que a discussão hoje se centra em salários que mudaram de patamar. Enquanto no passado recente a política de ajuste interno trouxe a relação salário/câmbio para 30 dólares, hoje ela está subindo para 50 dólares e "estamos conversando sobre até quanto dá para crescer os salários reais, sem comprometer o crescimento da economia".

O programa econômico para os três anos de governo Sarney, em gestação no Ministério da Fazenda e do Planejamento, parte de algumas premissas importantes que Funaro esclareceu ontem, durante um café da manhã com jornalistas, em Brasília. Primeiro, não será necessário um investimento maciço para melhorar a relação produto/capital de alguns setores, como o siderúrgico ou o de energia elétrica. Isso significa, como exemplificou, que com mais US\$ 2 bilhões se conclui o atual plano siderúrgico e o País passa a produzir 30 milhões de toneladas de aço no lugar dos 22 milhões de toneladas produzidos hoje. Também com cerca de US\$ 2 bilhões é possível financiar o "linhão" de Itaipu e com apenas 5,6% do custo de Tucuruí I executa-se Tucuruí II. São, portanto, estes e outros projetos que continuarão sendo tocados pelo governo, gerando empregos e encomendas para o setor privado.

Sem dispor de novos recursos dos tradicionais bancos credores, o ministro acha que pode negociar um pacote de financiamento junto ao Banco Mundial que envolva de US\$ 1,5 bilhão a US\$ 2 bilhões entre investimentos em linhas de transmissão de energia elétrica, pesquisas e prospecção de petróleo e projetos de irrigação. Ele conversou sobre isso com o presidente do BIRD, Alden Clausen, por ocasião da reunião do Fundo Monetário Inter-

(Continua na página 3)

nacional/Banco Mundial, em Seul, Coreia do Sul. Também falou a Clausen sobre os projetos na área siderúrgica e o plano de capitalização das empresas estatais. Agora há uma missão do Banco Mundial em Brasília, para detalhar o assunto. "Precisamos ver, porém, até que ponto o País deseja aumentar sua dívida externa", ponderou Funaro.

Mais do que um "pacote" de medidas, "o que estamos fazendo é um programa de saneamento das finanças. E, aí, vamos, inclusive, abrir a conta de movimento do Banco Central no Banco do Brasil e definir o que é aplicação do Tesouro Nacional, BB ou BC", adiantou o ministro da Fazenda, insistindo em que a diferença dos "pacotes" dos governos anteriores é que este trata de um "conjunto de medidas" que será negociado com a sociedade. A face fiscal das providências será votada no Congresso Nacional e "tenho tanta segurança de que é o melhor elenco possível que tiro o peso da discussão política". Se o Congresso não aprovar as alternativas sugeridas pelo Executivo, "o governo recolhe sugestões, refaz e volta ao Congresso. Democracia é isto", concluiu o ministro.

Funaro procurou desfazer as ansiedades relacionadas com a elevação de impostos prevista neste programa. "Quando cheguei aqui, havia vários estudos e as possibilidades de elevação de impostos recaíam até sobre os rendimentos equivalentes a 10 salários mínimos, que passariam a pagar 300% a mais de Imposto de Renda do que realmente pagaram no ano passado."

Ele garantiu que os assalariados de menor poder aquisitivo serão aliviados na taxa e aqueles que "ganham bem" — o ministro entende que quem ganha bem recebe algo próximo a 100 salários mínimos por mês — pagarão mais impostos. "O que estamos propondo é algo razoável.

Se hoje um contribuinte que ganha Cr\$ 60 milhões por mês paga, liquidamente, Cr\$ 2,7 milhões, ele passaria a pagar uns Cr\$ 3,1 milhões", exemplificou (a Secretaria da Receita Federal trabalha com a listagem dos 400 mil mais ricos).

Funaro procurou justificar as medidas tributárias que serão adotadas mais pelo lado da justiça fiscal e para garantir o programa social do governo que pela necessidade de elevação das receitas para cobrir "buraco". Neste ano, disse ele, o Imposto de Renda arrecadou quase Cr\$ 20 trilhões e restituirá cerca de Cr\$ 9,5 trilhões. A prosseguir o sistema de correção da tabela progressiva em vigor, ela seria reajustada em mais de 200%, e seria aprofundada a distorção com grande arrecadação e restituição e pouca receita líquida.

Assim, o governo pretende ajustar a tabela progressiva instituindo alíquotas reais que permitam aumentar em aproximadamente Cr\$ 4 trilhões, em 1986, a arrecadação do IR pessoas físicas, isentando, ao mesmo tempo, até a faixa de 15 salários mínimos e introduzindo, se possível, o sistema de bases correntes. O programa econômico também vai privatizar empresas estatais e vender ações nas bolsas de valores. Com isso o ministro calcula apurar de Cr\$ 10 trilhões a Cr\$ 18 trilhões no próximo ano. Com um freio nos investimentos das empresas produtivas do grupo Sest seria possível arranjar até Cr\$ 30 trilhões de superávit para financiar o déficit orçamentário do setor público. Esta, porém, não é uma hipótese viável, e o ministro da Fazenda pretende, por outro lado, alinhar a política tarifária dos serviços públicos com as tarifas internacionais, para não sacrificar receitas de empresas estatais, como ocorreu neste ano. Ele informou também que a reposição tarifária do setor de energia elétrica neste ano já atingiu 20%.